

Renasce Brasil – 2005 – Valvim M Dutra

CAPÍTULO 14

**CENSURA ÉTICA E MORAL**

No período da ditadura militar, na década de 60 e 70, os veículos de comunicação estavam sujeitos a uma forte censura executada por agentes da polícia federal. Naquela época, as produções artísticas tinham que passar pelo setor de censura antes de ser apresentadas em público. Isso quer dizer que a população só podia ver e ouvir o que a polícia federal previamente aprovasse. O objetivo era filtrar as “impurezas” dos veículos de comunicações. O objetivo era nobre, porém sua execução muito exagerada e a metodologia arcaica. Podemos até dizer que naquela época a conduta brasileira era controlada pela polícia federal através dos veículos de comunicação.

Passado a ditadura militar, o retorno à Democracia aboliu todos os órgãos de censura. Saímos do extremo de “filtro em demasia” e fomos parar no extremo oposto, “nenhum filtro”. A consequência disso logo floresceu, deixamos de ser controlados pela polícia federal e passamos a ser controlados pelos diretores de rádio e de TV. Hoje eles fazem de nós tudo o que bem querem, nos induzindo a isso ou aquilo através do que denominam arte, cultura e entretenimento (programas de auditório, novelas, entrevistas manipuladas, reportagens tendenciosas, etc...). Muitos jornalistas, autores e diretores de TV, não se contentam em apenas dar lazer, divertimento e informação. A maioria quer reformatar o comportamento humano induzindo em nós (telespectadores) todos os seus desejos e fantasias para que os absorvemos e os pratiquemos como se fossem realidades. Eles se justificam dizendo: “*é a vida imitando a arte*”.

Essa influência, às vezes sutil, tem produzido muito mal à sociedade. Observe que a televisão obtém mais ibope quando faz apresentações escandalosas, exóticas, irreverentes e fantasiadas. Logo, a TV prefere artistas, diretores e apresentadores que também tenham estes perfis. Tal preferência influencia a população nessa mesma direção, isto é, na direção

da vulgaridade, da indecência, da irresponsabilidade, da fantasia atraente porém destrutiva, da rebeldia etc... O grande problema é que essa linha de comportamento é típica do sistema pagão. Se não revertermos essa tendência, poderemos levar o Brasil a colher resultados também típicos dos povos de cultura pagã, (violências descontroladas, miséria, enfermidades, conflitos e dores de várias naturezas).

### **Restabelecendo a Decência e a Censura Moral**

O sistema de censura que está sendo proposto, neste livro, não é de avaliação prévia como nos tempos da ditadura militar. O método sugerido aqui é apenas punitivo. A idéia é criar multas e suspensões e aplicá-las às emissoras que cometem abusos. As multas e suspensões seriam definidas democraticamente e aplicadas somente depois do fato censurável ser consumado. Com este sistema, a avaliação prévia ficaria a cargo das próprias emissoras. Sabendo que todo abuso, todo erro e todo exagero seriam punidos com pesadas multas, examinariam melhor suas programações para não serem multadas nem sofrerem suspensões.

O principal objetivo, de uma instituição de censura, nos dias de hoje, é proteger a criança e o adolescente de serem mal influenciados por cenas e informações inadequadas às suas faixas de idade. Precisamos restabelecer o respeito às diferenças etárias para obtermos uma boa formação da infância e da adolescência. Se não combatemos a mentira, a imoralidade, a irreverência e o desrespeito, dificilmente conseguiremos formar adultos socialmente normais, emocionalmente equilibrados e aptos a serem bem-sucedidos como seres humanos e cidadãos.

Observe que nos últimos anos têm ocorrido inúmeros exageros nos veículos de comunicação. Tais exageros têm induzindo crianças e adolescentes a se envolverem precocemente com o sexo, inclusive de forma promíscua, além de desenvolverem brincadeiras desrespeitosas e violentas inspiradas em certas cenas da TV. Toda cena, que não é bem esclarecida como meramente artística, deturpa os limites da realidade e da fantasia e induz até mesmo os adultos a cometerem irracionalidades também. Tal efeito não é bom para nenhuma parcela da sociedade brasileira, que além de ver seus filhos fracassarem como simples seres

humanos, ainda têm que arcar com as graves e dolorosas conseqüências sociais. As conseqüências mais comuns são o aumento da violência urbana e familiar, aumento das enfermidades promíscuas, aumento da imprudência, aumento dos acidentes com deformações físicas, aumento das crianças de rua (fruto de meras relações sexuais e não de relações conjugais) e o aumento da população carcerária e improdutiva. Além disso, a falta de fiscalização aos veículos de comunicação permite que maus exemplos, maus conselhos e mentiras sejam propagados livremente especialmente na TV.

Um outro detalhe é que em função da falta de fiscalização, boa parte da mídia já manda mais no país que os próprios governantes. A manipulação de informações e a técnica de edição (cortes e montagens), têm propiciado indevido poder à mídia e à imprensa em geral. Esta inversão de autoridade, onde o Poder Democrático é que está sendo controlado pela mídia, precisa ser corrigido. É verdade que o mercado de notícia, informação e entretenimento não deve ficar debaixo de poderes ditatoriais, mas também não pode ficar acima dos Poderes Democráticos. Órgãos democráticos, devidamente preparados precisam supervisionar esse mercado.

Já há consenso no meio político sobre o fato de que a mídia brasileira não pode se comportar como se fosse um 4º Poder atuando no Estado. Os senadores já tentaram modificar a legislação visando minimizar os males causados pela concentração de veículos de comunicação em poucas mãos. O problema é que criar leis para alterar o comportamento de produtores, na esperança de que o produto final melhore, não é uma solução muito confiável. O mais seguro, neste caso, é inspecionar o próprio produto final (as reportagens, as novelas, as propagandas, etc.) deixando que os produtores desenvolvam suas próprias soluções para isentar o produto final, de mentiras, exageros, omissões, imoralidades, indecências etc. A censura democrática, proposta neste capítulo, também solucionaria os problemas gerados pela má distribuição das concessões públicas na área da radiodifusão.

É fácil ver que não existe insensatez nesta proposta se lembrarmos que já aprovamos um código de defesa, do consumidor, para nos proteger de abusos de comerciantes. Então, é natural que aprovemos,

também, um código de defesa do telespectador para nos proteger dos eventuais abusos de “artistas”, jornalistas e anunciante. O Brasil é um país de grandes dimensões territoriais e com inúmeras carências educacionais em diversas regiões. Esta característica acentua, ainda mais, a necessidade de fiscalização sobre os veículos de comunicação. Precisamos evitar a degradação da parcela menos esclarecida da sociedade brasileira. (Uma parcela normalmente mais pobre e mais susceptível às influências fantasiosas, ilusórias e danosas do rádio e da TV).

A televisão brasileira não chega a ter má intenção com relação a estas questões, mas o fato de depender de retornos financeiros, para sobreviver, faz com que planeje sua programação em função da parcela de maior poder econômico. (Uma parcela normalmente esclarecida e que, teoricamente, sabe separar a realidade da fantasia.) Por isso, tudo o que desejam é muito lazer, muita fantasia e mero divertimento. O problema é que este lazer, esta fantasia e este divertimento, geralmente irreverente e preparado para pessoas de um razoável nível de esclarecimento, produz um efeito altamente danoso na parcela mais pobre e desinformada da população. Este efeito, altamente negativo, ocorre porque um povo sofrido e pouco esclarecido, (povo que ainda não sabe diferenciar corretamente a simples fantasia da dura realidade), passa a tentar viver conforme as atrativas situações apresentadas na TV. Na prática, isso os leva a decepções e desilusões que alimentam os inevitáveis desgostos e as conseqüentes irracionalidades e violências.

Infelizmente, alguns programas de TV ignoram a realidade e induzem os telespectadores a serem malsucedidos com suas famílias, com seus sonhos e até mesmo com suas finanças. Tal efeito também vem atingindo a infância e a juventude de várias classes sociais. Isso tem acontecido porque atualmente tudo é permitido em qualquer programa e em qualquer horário da TV. O próprio Ministério da Educação tem se omitido mesmo sabendo que a televisão é o maior instrumento de educação informal em qualquer nação. Logo, a TV deveria dar exemplo de boa conduta e não de má conduta como vem acontecendo desde a década de 90.

Precisamos nos conscientizar, também, da significativa influência do vocabulário no comportamento de um povo. Um vocabulário respeitador (sem palavrões, baixarias, etc.) induz o povo a agir de forma respeitadora e sem baixarias também. Já um vocabulário vulgar e desrespeitador, induz o povo a agir de forma vulgar e desrespeitadora também.

O comportamento de qualquer povo é fortemente influenciado pelas características da sua língua. Infelizmente, nós, brasileiros, herdamos uma língua pouco sensata e muito imprecisa, (a Língua Portuguesa é uma ramificação do Latim vulgar utilizado pelos soldados do Império Romano), o que certamente nos desfavoreceu em relação a outros povos. Se tivéssemos herdado uma língua menos empírica e mais elaborada (que estimulasse o raciocínio lógico e a razão durante a formulação de frases) como as de origem germânica, por exemplo, (inglesa, alemã, sueca, finlandesa etc.), com certeza o desempenho brasileiro teria sido bem melhor nestes 500 anos de existência. De qualquer modo, o nosso problema atual é que algumas personalidades artísticas, com objetivos aparentemente pagãos, vêm deformando e vulgarizando ainda mais o nosso vocabulário (distorcendo palavras antigas ou inventando palavras sem lógica). Parece que o objetivo é confundir as pessoas e destruir os valores morais e sociais de origem cristãos. As forças do mal, tenham elas o nome que tiverem, sabem que quando se altera o vocabulário de um povo altera-se também o seu comportamento. Portanto, temos que encontrar uma maneira de zelar pela boa qualidade do vocabulário português, tanto na exatidão quanto na moralidade para afastarmos esse mal sutil da nossa sociedade.

Um outro motivo, que nos leva à necessidade de uma instituição de censura é a crescente utilização de informação enganosa nas propagandas, reportagens meramente sensacionalistas e inúmeras notícias tendenciosas ou precipitadas. Em 1997, por exemplo, a TV mostrou as imagens de um pai que teria estuprado a própria filha de 3 anos de idade. Logo após a reportagem ele foi violentamente espancado e estuprado pelos colegas de cela. O problema é que duas semanas depois descobriu-se que tudo não passou de um grande engano da TV, embora um inocente já tivesse sido desmoralizado e brutalmente espancado por um erro de reportagem. Em outra ocasião, deste mesmo ano, a TV noticiou a descoberta do cativo de menino de 11 anos supostamente seqüestrado,

o que resultou mais uma vez em prisão, espancamento etc... novamente tudo não passou de um grande engano da TV, o menino apenas fugiu de casa e foi acolhido por um amigo.

Assim como esses exemplos, de 1997, centenas de outros erros e exageros têm sido cometidos anualmente pelos veículos de comunicação. A falta de um órgão de fiscalização, com autoridade para punir os abusos, os excessos e os erros, tem propiciado vários tipos de problemas. É óbvio que a partir do momento que existir fiscalização, as empresas de rádio, televisão, outdoors, revistas etc., se tornarão menos negligentes e mais cuidadosas. As empresas melhorarão a moralidade, a confiabilidade das informações, das reportagens e das propagandas em geral. Além disso, o mercado de informação, notícias e entretenimento, é o único que não possui órgão público para fiscalizar suas atividades. Todos os demais mercados estão sujeitos à fiscalização e punição, como é o caso do mercado de alimentos, combustíveis, eletrodomésticos, remédios, brinquedos, energia, etc... Portanto, não há razão para continuarmos dando privilégios ao mercado de comunicação e entretenimento.

### **Detalhes da Censura Democrática**

Tudo o que precisamos fazer para implantar um sistema de censura democrática, respeitando a liberdade de imprensa e a liberdade dos telespectadores, pode ser resumido em três itens:

- 1- Primeiramente precisamos de fiscais de censura (censores), mas que sejam legítimos representantes do povo (escolhidos democraticamente entre toda a população). Os próprios deputados e vereadores poderiam executar esse trabalho durante o primeiro ano de seus mandatos. Nesse caso seria indispensável a implantação da eleição anual conforme proposto no capítulo 13. Nesse primeiro ano os deputados e vereadores fiscalizariam os veículos de comunicação e as instituições públicas em geral. Com esse modelo os fiscais de censura seriam substituídos todos os anos. Isso diminuiria o risco de se tornarem autoritários, negligentes ou até mesmo de se corromperem.*

- 2- *Em segundo lugar precisaríamos de instalações prediais e equipamentos para monitorar a programação de rádio e TV. Tais instalações poderiam ficar nas próprias Câmaras Estaduais (para fiscalização estadual), e uma no Congresso Nacional (para fiscalização federal).*
- 3- *Em terceiro lugar precisaríamos de uma legislação específica definindo o que seria censurável e em quais horários. Essa legislação não precisa de grandes quantidades de leis ou de leis muito complexas. Sabemos que leis muito complexas só servem para confundir a todos e serem facilmente burladas. Portanto, o ideal é um código de censura bem simples como o exemplo abaixo para rádio e TV.*

#### Sugestão de código

Fica passível de multa e de suspensão toda empresa de comunicação (radio e TV em geral) que descumprir este código em qualquer dos seus IV parágrafos:

- I • Em todos os horários do rádio e da TV • Obrigatório um claro alerta informando se a programação é de cenas de fantasia ou de cenas reais. — Fica sujeito à multa e suspensão toda emissora que colocar no ar afirmação mentirosa, tendenciosa ou enganadora, seja nos programas de auditório, nas propagandas, reportagens, estatísticas, etc. (Desde que facilmente comprovada ou demonstrado o contrário).**
- II • Das 6:00 às 19:00 horas • horário de completo respeito à criança: — Obrigatório o uso de vocabulário moralmente compatível com a boa formação da infância. — Sem nudez. — Sem alusões sexuais. — Sem violência sanguinária. — Sem propaganda de produtos e serviços proibidos ou desaconselháveis às crianças.**
- III • Das 19:00 às 23:00 horas • horário de respeito ao adolescente: — Obrigatório o uso de vocabulário moralmente compatível com a boa formação da adolescência. — Sem nudez**

*provocante e desnecessária. — Moderação nas violências e alusões sexuais. — Sem propaganda de produtos e serviços proibidos ou desaconselháveis a adolescentes.*

**IV • Das 23:00 às 6:00 horas • horário de respeito ao adulto:**  
*— Admissível nudez moderada, alusões sexuais sem promiscuidade e sem prostituição. — Propagandas livres.*

Está pronto uma legislação simples que visa estabelecer ordem e respeito por parte dos veículos de comunicação. Não é recomendável a formulação de leis complexas para resolver esse tipo de problema. Leis muito complexas costumam não produzir bons resultados e serem mais fáceis de burlar.

O valor das multas, a serem aplicadas às emissoras que cometerem infrações, deve ser proporcional ao preço do minuto comercial, de cada emissora, dentro do horário de cada infração. As multas devem se restringir a três níveis de classificação: leve, média e grave. O valor deve ser suficientemente alto para inibir a reincidência e ajudar a custear as despesas desse novo órgão.

Este sistema, de filtro indireto das comunicações, ajudaria o Brasil a praticar a liberdade de comunicação e expressão de forma mais útil e proveitosa. Ultimamente a liberdade de expressão vem sendo utilizada como instrumento de manipulação, vulgarização e destruição da sociedade. Além disso, a falta de censura nos veículos de comunicação e nas escolas em geral tem estimulado a sensação de impunidade já na infância e na adolescência.

Censurar opiniões é, de fato, um erro muito grave e devemos evitar tal tipo de censura. Entretanto, não censurar a mentira, a imoralidade, a vulgaridade e a indecência, é um erro várias vezes mais grave. Não podemos continuar coniventes com a imoralidade e a libertinagem atual.



## **O direito de indenização do telespectador**

Se a proposta acima não agradar os políticos brasileiros, então cabe a eles elaborar uma lei, simples e prática, permitindo aos cidadãos processar todo e qualquer veículo de comunicação sempre que se sentirem mal influenciados por eles. O governo precisa dar aos cidadãos o direito de requerer indenizações para compensar as eventuais conseqüências, maléficas, causadas por este ou aquele veículo de comunicação. Se um cidadão entender que o programa de uma determinada emissora, induziu, estimulou ou influenciou seu filho ou sua filha menor, à prostituição, à gravidez indesejada, ao envolvimento com drogas, à destruição familiar, à marginalidade e outros, ele deve ter o direito de solicitar uma indenização compatível com o prejuízo moral, econômico e físico relativo ao respectivo caso.

Sempre que um cidadão entender que por influência deste ou daquele programa, tenha sofrido qualquer tipo de prejuízo — seja por indução direta, por informação errada, informação enganosa ou tudo que tenha sido propagado como bom, e que produzisse felicidade, mas que o cidadão acreditasse que por influência dessas programações tivesse sofrido desilusões, prejuízos, fracassos, infelicidade, etc., ele teria ajuda de órgãos competentes para processar a emissora em questão e ser indenizado segundo o seu prejuízo moral e material. Até mesmo as pessoas que se enchessem de tatuagens e mais tarde se arrependessem, alegando que só fizeram isso por influência deste ou daquele programa de TV, seriam indenizadas pelas respectivas emissoras de acordo com os prejuízos físicos e morais que cada um alegasse.

Agora temos duas opções para combater e controlar os excessos da TV. Precisamos implantar pelo menos uma, dessas duas alternativas, para redirecionarmos o destino dos nossos jovens e recolocar este país num caminho cultural seguro e moralmente saudável.

---

---

Veja os demais capítulos em:

<http://renascebrasil.valvindutra.com.br/livro-renasce-brasil.php>